

RELAÇÕES ECONOMICAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

A história da União Europeia, que foi até há bem poucos anos um exemplo em que todos se reviam, apesar de feita de avanços e recuos, está hoje num dramático ponto de viragem: o da indispensável (re)apropriação pelos povos e pelos cidadãos europeus, dos valores e dos compromissos que têm estado na base de todo o processo europeu de integração, desde as suas origens, após a II Guerra Mundial.

É a UE, ela própria que está em crise. Uma crise de confiança que se traduz de várias formas e assume diferentes cambiantes:

- o mal-estar da classe média, que vai sentindo fugir a sua parcela de poder económico e se sente atacada nos fundamentos do seu estatuto e do seu bem-estar, pelo sentimento de perda de regalias e prerrogativas que fizeram a rotina das suas vidas;
- depois, o sentimento de precariedade e de insegurança que se foi instalando em muitos grupos sociais e classes profissionais (nos jovens e nos trabalhadores por conta de outrem);
- o reforço do eurocepticismo, por onde penetram a tibieza de muitos responsáveis públicos e privados a par dos mais variados oportunismos e as mais diferentes formas de populismo;
- enfim, a desconfiança entre parceiros e aliados que está a atingir níveis difíceis de superar.

Acontece que nenhum europeu, qualquer que seja a sua posição pode limitar-se a ser um figurante na sociedade em que se integra, tem de assumir um desígnio e ser um construtor do seu futuro.

*

Passou um quarto de século.

25 anos depois da adesão de Portugal e de Espanha às Comunidades Europeias, a Europa refém das suas próprias hesitações e à mercê das suas incapacidades para aplicar o pilar fundamental do *aprofundamento e da solidariedade*, está mergulhada num outro tipo de crise plurifacetada: que de financeira se transformou em económica, que de crise de dívidas soberanas se transformou numa grave crise política, e se encontra numa situação de vulnerabilidade cujo elemento mais visível é a falta de sintonia de alguns dos principais dirigentes europeus, a contradição dos seus discursos e das suas mensagens, a prova da sua incapacidade para dar resposta a uma crise que não se compadece com ‘cordões sanitários’, porque o mal os torna injustos e ineficazes. E o mais grave é que tudo o que esteve na origem desta crise e foi a sua causa directa ou indirecta, continua presente, apenas dissimulada por reuniões inconclusivas e por discursos cheios de boas intenções mas, na sua maioria, inconsequentes. Porque se procuram refugiar na resolução de questões financeiras, contabilísticas, quando o problema é de falta de visão e de estratégia.

Hoje já ninguém tem a menor dúvida de que o que está em causa é a maior conquista do movimento europeu de integração, o euro e, no fim da linha, a própria União Europeia. Os mais estrénuos detractores da UE não cessam de prever e advogar o fim de ambos.

É neste quadro que estamos a celebrar a adesão simultânea, há 25 anos, dos dois países ibéricos à Europa comunitária. Gostaríamos que o quadro fosse outro e que este momento fosse, sobretudo, de congratulação.

Posto isto felicitemo-nos pelo o caminho percorrido.

Se olharmos para as mudanças ocorridas nos dois países ibéricos desde o final das ditaduras, temos de reconhecer que dois acontecimentos se destacam acima de todos os outros: a passagem para um sistema democrático e a adesão à Comunidade Europeia. A democratização e a europeização devem ser considerados os dois principais feitos da nossa história comum nos últimos 25 anos.

*

Para os portugueses, não foram fáceis nem isentas de escolhos as negociações que durante nove longos anos se desenvolveram com as autoridades comunitárias e, finalmente, nos permitiram ser membros de pleno direito nesse dia histórico de 1 de Janeiro de 1986. Um pedido de adesão feito pelo I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares que, no início, se revestiu sobretudo de carácter político, visando consolidar a ainda frágil democracia portuguesa acabada de sair de um processo revolucionário, em pouco tempo se foi transformando em complexas negociações, dossier a dossier que, porventura, se arrastaram por tempo demasiado. Hoje todos os historiadores são unânimes em considerar que a demora das negociações portuguesas, valíamos então pouco mais de 1% do PIB comunitário, se ficou a dever às dificuldades provocadas pela dimensão e à dificuldade de que se revestiam alguns sectores da economia espanhola.

Por sua vez, o pedido de adesão de Espanha foi apresentado por Marcelino Oreja em nome do segundo governo de Adolfo Suárez a 28 de Julho de 1977, imediatamente após as primeiras eleições democráticas, e contou com o apoio geral dos partidos políticos e dos cidadãos.

*

A que distância ficámos, desde esse já longínquo 1986, até à eclosão da crise em 2007! A todos os níveis, económico, social, cultural e politicamente, os progressos conjuntos, dos dois países ibéricos, foram insofismáveis. Ambos saídos de ditaduras, na Europa as mais longas do Século XX, Espanha e Portugal viveram períodos de transição para a Democracia significativamente diferentes. Gostávamos de lembrar aqui alguns dos protagonistas desses períodos de transição e de como compreenderam a inevitabilidade de um percurso comum a caminho da Europa da qual, mal-grado todos os acidentes da História, nunca tínhamos descolado: Mário Soares e Francisco Sá Carneiro do lado português; Adolfo Suárez e Felipe González da parte espanhola.

Conjuntamente, fomos sendo capazes de superar os antagonismos que os ditadores de ambos os lados das fronteiras foram insidiosamente alimentando:

- uma fraca relação económica que nem a vizinhança próxima ajudou a incrementar – Portugal procurando num primeiro momento, relações privilegiadas com as colónias, assentes nas várias versões do Pacto Colonial e nos anos 60 no mirífico Espaço Económico Português, e posteriormente na EFTA; a Espanha fazendo valer o seu mercado interno em forte crescimento e um relacionamento cada vez mais estreito com alguns países da CEE;
- uma quase inexistente cooperação e uma ainda menor rede de intercâmbios, qualquer que seja a perspectiva pela qual as encaremos: apesar dos poucos e débeis movimentos existentes, oriundos da sociedade civil, a regra era a desconfiança e a ignorância mútuas; os espanhóis fosse a que pretexto fosse frequentavam pouco Portugal e os portugueses dirigiam-se à "Europa" como se ela só

existisse para lá dos Pirenéus e a Espanha fosse uma etapa neutralizada.

Franco e Salazar, que desconfiaram sempre um do outro e se detestavam cordialmente, tentaram por todas as maneiras, inclusivamente manipulando as histórias das nações peninsulares, transferir para os povos que governavam idênticos sentimentos. Portugal e Espanha não eram parceiros mas adversários, como se estivessem sempre prontos a desencadear conflitos ou invasões. Nem a paz, que por fim tinha prevalecido nos dois últimos séculos, servia para pouco mais que para fins propagandísticos: quase não existiam investimentos cruzados; as trocas comerciais eram diminutas.

Gradualmente, a partir de 1986, a situação começou a alterar-se e hoje a Espanha, mesmo depois da eclosão da crise, continua a ser o nosso principal parceiro comercial e o nosso principal destino turístico. As nossas culturas, apesar das diferenças existentes designadamente no que se refere à dimensão dos países e às assimetrias existentes, reforçaram laços e contribuíram para a compreensão e entendimento mútuos. As próprias línguas, que tantos mal entendidos geraram são hoje reconhecidamente elos fundamentais de uma relação que se pretende cada vez viva e saudável. Aqueles sentimentos negativos de atávicos receios e de desconfiança vão desfazendo à medida que se intensifica o reforço das ligações e se aumentam os intercâmbios. Em todas as dimensões que compõem o relacionamento entre nações, qualquer que seja a sua natureza, podemos afirmar convictamente que as Comunidades Europeias e, agora, a União Europeia constituíram o local de reencontro e de reconciliação dos dois países ibéricos. A simples sensação de pertença ao mesmo espaço comunitário tem comportado para ambos os países a intensificação da

existência de uma identidade comum, o sentimento de termos os nossos destinos ainda mais estreitamente ligados e a ideia de que as nossas culturas, as nossas organizações sociais, as nossas economias se vão tornando o prolongamento natural umas das outras. Sentimos que o percurso ainda é longo mas está a ser feito com genuinidade.

Balanço de 25 anos de adesão

Tendo em conta todos os aspectos assinalados, os participantes na Mesa Redonda realizada no passado mês de Abril em Lisboa para reflectir sobre as consequências económicas da adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade Económica Europeia concluíram que a actual conjuntura económica não devia fazer-nos perder de vista o balanço extraordinariamente positivo que até 2007 teve a nossa integração. Se ignorarmos as consequências que a crise económica mundial dos últimos três anos teve nas economias de Espanha e Portugal, poderíamos afirmar que as mudanças ocorridas desde a adesão em cada uma das economias e nas relações entre ambas foram tão notáveis e que a sua interdependência foi tão longe que os analistas se permitem falar no princípio de um mercado comum ibérico.

Onde estávamos em 1986?

Quando se analisa a natureza das relações económicas luso-espanholas anteriores à entrada na CEE, a primeira coisa que surpreende, tal como se referiu anteriormente, é que estas tenham sido historicamente muito mais ténues do que, pelos seus laços culturais e pela sua especificidade geográfica, se poderia esperar. Nem sequer durante as ditaduras se concluíram acordos económicos de alguma relevância apesar dos valores culturais e religiosos afins e da proximidade geográfica. Ao longo deste fórum verificámos que a falta de colaboração e de relações económicas

mais estreitas se deveu a receios mútuos, a obstáculos aduaneiros e ao desinteresse na cooperação.

Espanha e Portugal são países que apresentam muitas analogias mas também importantes assimetrias no terreno económico. A primeira assimetria que se observa tem a ver com o tamanho. Portugal dispõe de uma superfície correspondente a apenas um quinto da espanhola, enquanto a sua população é quatro vezes inferior. Antes do início da integração, o produto interno bruto (PIB) de Portugal representava 14,6% do espanhol e o seu rendimento per capita superava marginalmente 50% da média da EUR12, enquanto o espanhol se situava acima dos 70%. A economia portuguesa dispunha na altura de um sector primário socialmente sobredimensionado, com uma notória ineficiência produtiva (a agricultura contribuía com 6% do PIB, enquanto ocupava 24% da população activa), um sector terciário pouco desenvolvido e um sector industrial que apresentava uma composição por ramos de produção menos evoluída e equilibrada que o espanhol, embora este ficasse por sua vez aquém do existente nos países da Comunidade.

Após a entrada na CEE, o comportamento económico de ambos os países mudou radicalmente. O primeiro quinquénio (1986-1990) caracteriza-se por elevadas taxas anuais de crescimento, refreadas pela crise económica verificada na Europa nos primeiros anos da década de noventa mas que se recuperam a partir de 1995 com taxas de crescimento superiores a 2,5% em ambos os países. Desde então e até à chegada da crise actual, os dois países viram crescer as suas economias de forma estável, sobretudo a economia espanhola, que durante o período de 1998-2007 cresceu mais de 3,5% por ano, um ponto acima da economia dos EUA.

Como foi assinalado na Mesa Redonda, este crescimento económico deve ser principalmente atribuído, sem sombra de dúvida, à nossa adesão ao projecto de integração europeu. Esta integração obrigou as economias de ambos os países a realizar, sobretudo a partir do Tratado de Maastricht, uma rigorosa consolidação orçamental, ou seja uma reconversão dos orçamentos nacionais, do défice e da dívida. Além disso, deu estabilidade macroeconómica às nossas contas nacionais, já que a UE se caracterizou por exercer um certo controlo do crescimento económico, dos preços e de outras variáveis que desempenharam um papel de contenção nas nossas economias. Não podemos esquecer, não tanto pela quantidade como pela qualidade, as ajudas recebidas da UE, que obrigaram a estruturar e a racionalizar a despesa pública e que impulsionaram a modernização e adaptação das infra-estruturas económicas de ambos os países e o financiamento de projectos de coesão social e regional complementando o desenvolvimento do Estado-providência que levaram a cabo os diferentes governos. As ajudas recebidas por Portugal corresponderam a pouco mais de 1 % do PIB português, enquanto as recebidas por Espanha se situaram à volta de 100 000 milhões de euros (cerca de 1% do PIB espanhol).

Após a adesão à União Europeia, a economia espanhola internacionalizou-se mais intensamente do que a portuguesa, uma vez que também saía precisamente de décadas de isolamento económico.

Contudo, a economia portuguesa mostrava no momento da integração uma maior abertura ao exterior como consequência da necessidade de suprir a procura de bens básicos em numerosos sectores de produção em que era e é deficitária. Essa situação também marca a diferença entre as duas economias, já que, no momento da integração, Portugal mal cobria com as suas exportações 50% do valor das importações, enquanto as espanholas

rondavam os 90%. Há que ter em conta também que Portugal antes da sua entrada no mercado comum europeu já fazia parte dos países membros da EFTA.

No plano bilateral, as relações comerciais luso-espanholas, além de muito reduzidas, apresentavam uma pronunciada assimetria que se observa no elevado défice da balança bilateral portuguesa. No momento da integração, Portugal ocupava o 25º lugar no *ranking* de países fornecedores de Espanha e o décimo no de compradores de bens e serviços espanhóis. Da mesma forma, a natureza dos produtos trocados atribuía uma conotação mais tradicional e de menor valor acrescentado às vendas de Portugal: bens tradicionais de consumo e matérias-primas, reduzido peso de bens intermédios e ausência de bens finais e de equipamento. A maior inclinação proteccionista da economia espanhola representou outra barreira para as exportações portuguesas para Espanha. À beira da entrada na CEE, o comércio bilateral entre ambos os países implicava pela parte espanhola direitos aduaneiros médios de 19%, com uma variação entre 2% para os minerais e 21,7% para os têxteis e a confecção.

Portugal dispunha de direitos mais reduzidos (9% de média) com uma variação entre 0,8% para o material de transporte e 22,6% para a cortiça e a madeira. A liberalização comercial que se seguiu à entrada dos dois países na CEE pode considerar-se mais benéfica para Espanha já que parte das importações portuguesas procedentes dos países do Mercado Comum foram desviadas para Espanha dada a sua capacidade de fornecimento e proximidade, que reduzia os custos e os prazos.

Uma característica comum na internacionalização comercial é a orientação para os países da União Europeia. Antes da integração, Portugal dirigia

para estes países 59% das suas exportações e comprava-lhes 40% das importações, enquanto as percentagens espanholas eram mais modestas: respectivamente, 49,3% e 33%. Actualmente, é com os parceiros europeus que ambos os países realizam cerca de dois terços do seu comércio total.

No momento da integração, os dois países ibéricos careciam de uma política de internacionalização dos seus mercados financeiros. Contudo, Espanha, tal como Portugal, desde o Acordo de Comércio Livre com a CEE de princípios dos anos setenta, tinha desenvolvido iniciativas de interesse investidor fundamentalmente para a CEE e (no caso de Espanha) também para a América Latina. É sobretudo a partir da adesão à CEE que Portugal começa a representar para o investimento espanhol um atractivo importante (que já começara nos anos anteriores à entrada na CEE), ao converter-se num mercado preferencial para o capital espanhol, embora não se deva esquecer que uma parte importante dos investimentos realizados em Portugal registados como espanhóis eram realizados por filiais espanholas de empresas multinacionais e, portanto, reflectia mais uma estratégia multinacional do que ibérica. Não é de estranhar, uma vez que nessa altura era quase nula a existência de empresas espanholas e/ou portuguesas de carácter transnacional.

O caminho percorrido

Decorridos 25 anos, as diferenças entre os dois países pouco se modificaram. Um crescimento económico superior à média da UE a somar ao saldo positivo das transferências líquidas com a Comunidade permitiram que o PIB per capita se tenha aproximado da média comunitária. Em vésperas da explosão da actual crise económica, Portugal superava os 75% do rendimento per capita médio da UE e Espanha situava-se ligeiramente acima dessa média (104% em 2010).

Contudo, os indicadores de produtividade económica não são tão positivos, especialmente no caso de Portugal, já que a produtividade por pessoa empregada se situava, no final da primeira década do século XXI, em cerca de 65% da média comunitária, enquanto em Espanha este indicador se encontrava próximo dessa média. Estes dados têm que ver com o facto de ambas as economias não terem ganho peso no conjunto da UE uma vez que em 1986 Espanha representava 8,7% e Portugal 1,6% do PIB da CEE-12 e em 2010 a respectiva quota na UE-25 ter diminuído algumas décimas.

As relações bilaterais

Desde 1 de Janeiro de 1986 as barreiras e a incompreensão que separavam Espanha de Portugal foram sendo gradualmente vencidas, embora ainda hoje persistam algumas. Em termos ibéricos devem citar-se alguns elementos que contribuíram para este novo estado das nossas relações que vão desde abertura das fronteiras até à existência da moeda única, passando como se viu pela intensificação das relações económicas, quer a nível da circulação de mercadorias até ao fluxo de investimentos directos e ao estabelecimento de empresas do ‘outro’ lado das fronteiras, quer ao nível da circulação de pessoas, designadamente, no que refere ao intercâmbio turístico.

Não parece existir qualquer dúvida de que foi o processo sustentado de abertura ao exterior que explica o importante crescimento das relações, não apenas económicas, entre os dois países. A estabilidade política e social conhecida ao longo destes anos, a importante melhoria das infra-estruturas de comunicações e o maior conhecimento mútuo associado à proximidade geográfica foram os factores que estimularam esta forte aproximação.

É de destacar a transformação ocorrida na estrutura da economia dos dois países com a sua aproximação à dos países europeus mais desenvolvidos. Esta mudança é mais visível no caso espanhol, uma vez que em Portugal o peso do sector primário está ainda muito afastado dos padrões europeus. Portugal ocupa o segundo lugar da UE quanto à percentagem de população activa na agricultura (11,5%), enquanto Espanha dedica apenas 4,3% da sua população activa a este sector. Esta diferença é compensada no sector dos serviços já que a percentagem da população activa na indústria é relativamente baixa e muito semelhante nos dois países. Este perigo de desindustrialização, referido por diferentes analistas, é provavelmente um dos elementos que levaram à especificidade da actual crise nestes países. Continuam a existir estruturas e práticas de produção que resistem às mudanças com eficiência produtiva. Nos anos anteriores à crise desenvolveram-se actividades geradoras riqueza mas que se veio a verificar ser passageira uma vez que ocuparam muita mão-de-obra com baixa produtividade.

Depois de 25 anos de integração europeia, continua a ser a economia portuguesa a que apresenta um maior grau de abertura económica, embora como já assinalámos os números mostrem que Espanha se adaptou melhor e mais rapidamente ao processo europeu de convergência que Portugal. No final da primeira década do novo século, a soma das exportações e importações portuguesas superavam os 65% do PIB nacional, ao passo que as espanholas não alcançavam os 55%.

No plano bilateral é de destacar que nestes 25 anos a mudança mais relevante foi o importante aumento das trocas entre os dois países. Em pouco mais de duas décadas, o comércio luso-espanhol intensificou-se de tal maneira que Portugal se converteu no quinto cliente da economia

espanhola e ocupa o terceiro lugar (atrás da França e da Alemanha) dos fornecedores comerciais de Espanha.

Ao longo dos 25 anos de integração europeia, torna-se evidente que as empresas espanholas vêem no mercado português uma extensão do mercado espanhol, apresentando uma forte concentração nos principais centros urbanos como Lisboa e Porto. A presença de bancos, caixas económicas, companhias de seguros, grandes superfícies comerciais ou as marcas mais internacionalizadas fazem parte da paisagem destas grandes cidades. A presença de empresas portuguesas em Espanha é muito menor, não só devido ao tamanho do mercado de origem como também pelo atraso na abertura ao mercado ibérico. Contudo, o que acaba de ser dito não é incompatível com uma sólida implantação em alguns sectores industriais. Há que salientar também a intensificação de capital português em entidades espanholas de serviços como é o caso da energia, das telecomunicações, dos serviços financeiros ou da hotelaria.

Este tipo de alianças e participações recíprocas constitui um excelente meio de cooperação que faz pleno sentido em termos de mercado ibérico já que representa uma resposta face aos desafios da globalização e permite a criação de grupos empresariais maiores e mais eficientes.

Cada vez com mais firmeza os analistas qualificam as relações entre os dois países como as de parceiros estratégicos. Para tal contribuiu o enorme efeito positivo que tiveram as importantes ajudas provenientes inicialmente dos fundos estruturais e mais tarde também do Fundo de Coesão.

Este processo de aproximação que contempla a possibilidade de se constituir um mercado ibérico arranca desde o momento da adesão mediante o impulso das relações comerciais e a recomposição das estratégias das empresas multinacionais perante o novo espaço económico.

Isso levou ao esboço de uma nova geografia peninsular. As fronteiras formais entre os dois países deixaram de existir e reforçaram-se consideravelmente as relações transfronteiriças. Algumas regiões do Norte e do Sul de ambos os países estabeleceram os seus próprios circuitos comerciais. Os participantes na Mesa de Lisboa apoiaram de maneira unânime a necessidade de explorar novos territórios de cooperação, como por exemplo o lançamento não já de programas transfronteiriços mas de programas inter-regionais.

Este processo é, além disso, extremamente necessário uma vez que desde o alargamento da UE ao Leste da Europa, a Península Ibérica ficou mais afastada dos centros de poder e decisão europeus. A maior integração dos nossos países dar-nos-á um maior peso económico e político, não apenas no quadro europeu, mas também no da globalização. Neste sentido é muito importante que, sem descurar a constituição de um espaço económico ibérico, se tenha presente que agora estamos na Europa e a Europa concorre no mundo.

A criação de um mercado ibérico da energia é um dos exemplos de integração ibérica de maior destaque entre os dois países. Este processo teve início em 2001 com o objectivo de criar o Mercado Ibérico da electricidade (MIBEL). O acordo institui como princípios fundamentais o respeito pela legislação vigente em cada estado e as competências decorrentes da mesma, bem como o exercício coordenado das faculdades de supervisão, que se concretizam no estabelecimento de um Conselho de Reguladores. O MIBEL é formado pelo conjunto de mercados organizados e não organizados nos quais se realizam transacções ou contratos de energia eléctrica. Trata-se de um mercado com 29 milhões de clientes e 300

TWh de consumo. Um bom exemplo a seguir por outros sectores económicos luso-espanhóis.

Infelizmente, a crise travou bruscamente o crescimento contínuo da riqueza dos dois países ibéricos e colocou-os entre os países com maiores problemas de credibilidade nos mercados mundiais. Segundo as conclusões do fórum de Lisboa, o problema actual deve-se ao facto de as nossas sociedades e os nossos governantes não terem interiorizado que o êxito não ia durar para sempre. Fomos demasiado ambiciosos em colocarmo-nos rapidamente ao nível de bem-estar dos países que já faziam parte da CEE. Esta é uma das razões do nosso actual endividamento. Este crescimento não foi acompanhado de medidas essenciais para o tornar sustentável, como por exemplo melhorar o aparelho produtivo dos nossos países. O crescimento da economia realizou-se com base no factor trabalho e não no tecnológico, sem a suficiente capitalização e sem as medidas oportunas para fazer crescer a produtividade.

Não se adivinha uma recuperação a curto prazo das nossas economias. A falta de recursos para fazer frente o problema da dívida e do emprego geram um forte descontentamento entre os cidadãos dos dois países. A desconfiança perante a situação financeira e os dirigentes políticos é profunda. O rigoroso cumprimento dos ajustamentos impostos por Bruxelas e pelo FMI, **apesar dos últimos desenvolvimentos**, não está a resolver o problema dos países endividados, muito pelo contrário. É muito difícil que um país muito endividado, com um elevado défice externo e sem poder desvalorizar, possa pagar as suas dívidas, cortar na despesa e ganhar rapidamente competitividade através de reduções brutais de salários. Não só é difícil como também não se encontra na história recente nenhum exemplo que tenha acabado com êxito.

Dissemos acima que gostaríamos de estar a celebrar este meio século de integração de Portugal e de Espanha na UE, num ambiente diferente. Mas a realidade sobrepõe-se às boas intenções, e a situação aqui sintética e simplificada descrita, é aquela de efectivamente que dispomos.

Assinale-se que, apesar de todas crises, pensamos que o balanço é positivo; o caminho percorrido e a forma como o fizemos é que não foi, por certo, o mais adequado. Mas as crises também podem ter virtualidades e constituir um tempo e um espaço de oportunidades: no sentido schumpeteriano da destruição criativa e da oportunidade que pode abrir-se aos nossos dois países para inflectir os rumos do desenvolvimento até agora prosseguidos; e no sentido político, da assunção genuína da existência de um ente peninsular, de uma economia e de uma sociedade ibéricas. Mesmo no quadro desta crise, que pelo medo de contágio, afasta os mais fiéis aliados, resultariam benefícios se existisse uma posição conjunta, reforçando as suas posições e com elas a coesão da zona euro.

É no contexto europeu que vemos os nossos dois governos baterem-se por um imprescindível ‘governo económico da UEM’, que supere as hesitações e as indefinições que, na sua ausência, têm prevalecido: o euro que foi uma das maiores conquistas da integração europeia, não pode continuar a ser parte maior do problema. É em nome de tudo o que construimos nas últimas seis décadas que, dando voz ao conjunto de especialistas que se reuniram na Mesa-Redonda, em Lisboa (Abril de 2011), apelamos a que os Estados-Membros sejam capazes de adoptar soluções comunitárias eficazes de médio e longo prazos.

É essa realidade que em termos europeus pode ser potenciada; os dois estados, os dois governos, têm vantagem em se associar, juntando esforços e, salvaguardando a defesa dos seus interesses próprios, organizar-se, no

interior do que resultar da União Europeia depois de todos estes graves acidentes/tropeções, e procurar mostrar a importância e a mais-valia que representam no seio da Europa, projectando a História para o futuro, ajudando a construir esse futuro. Mas isso só pode ocorrer quando formos todos capazes de sair do círculo pequeno dos calendários eleitorais, dos populismos oportunistas, quando nos assumirmos como europeus, quando formos capazes de assumir as nossas diferenças com a consciência de que é muito mais o que temos em comum e a salvaguardar neste mundo global; será esta a forma de reconstruir e actualizar a ideia que nos foi legada pelos Pais fundadores e de, connosco, permitir à Europa recuperar o seu lugar e o seu prestígio no Mundo.